

A comissão de inquérito à TAP valeu a pena? Sim, mas deixou um triste retrato

eco.sapo.pt/2023/07/13/a-comissao-de-inquerito-a-tap-valeu-a-pena-sim-mas-deixou-um-triste-retrato/

André Veríssimo

13 de julho de 2023



A comissão parlamentar de inquérito (CPI) à TAP termina esta quinta-feira, 141 dias depois de ter tomado posse em fevereiro, tempo em que ouviu presencialmente e por escrito 56 personalidades e recolheu um imenso manancial de documentação. **Valeu a pena? Os economistas e politólogos ouvidos pelo ECO consideram que sim, mas o que se viu não foi bonito.**

Os deputados vão hoje discutir e votar o relatório final na derradeira reunião da CPI. O voto contra da direita é certo, resta saber se Bloco e PCP também acompanham. Ao longo de cinco meses escalpelizou-se a privatização da TAP em 2015 e ficaram-se a saber detalhes sobre a forma como a empresa foi capitalizada usando os "Fundos Airbus" ou a situação limite em que se encontrava a tesouraria da companhia.

Ficou a conhecer-se melhor os contornos da compra do negócio da manutenção e engenharia da Varig no Brasil, essencial para alguns, ruinoso para a maioria, os salários, bónus e outras regalias dadas aos administradores, os casos de ingerência política e, claro, os temas mais polémicos, da saída de Alexandra Reis aos descatos no Ministério das Infraestruturas, já conhecidos como o "Galambagate".

Mas o que fica destes cinco meses de CPI? **Valeu realmente a pena? O presidente do ISEG, João Duque, acredita que sim.** "Permitiu perceber melhor os meandros do que muita gente não sabia", afirma. Por exemplo, a forma como a tutela das empresas públicas é exercida pelos ministros. "Não há interferência? É manifesta a prova. **Temos poucos processos montados e estabelecidos que sejam mais fortes que as pessoas.** Noutras organizações não é assim", aponta.

| Temos poucos processos montados e estabelecidos que sejam mais fortes que as pessoas. Noutras organizações não é assim.

O presidente do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), João Moreira Rato, considera que a CPI foi uma oportunidade perdida. "Acho que não foi suficientemente enfatizado na CPI a importância da *governance*. Atirou-se o tema para cima da mesa e foi menorizado e desvalorizado pelos políticos", considera.

"Há inconsistências entre os deveres das tutelas financeira e setorial, que deviam estar definidos à partida. **Há zonas sombra em que não se sabe quem é responsável. É o que se deve evitar**", refere o antigo presidente do conselho de administração do Banco CTT. "Não me parece que deste exercício tenha saído uma clarificação", lamenta.

Uma das recomendações que consta do relatório preliminar é "garantir a melhoria da articulação entre a tutela financeira e setorial, assegurando que a divisão e conexão de responsabilidades é clara e concebida para servir o interesse público". Outra aconselha "robustecer os canais de relacionamento institucional entre o Governo e as empresas do setor público empresarial".

| Acho que não foi suficientemente enfatizado na CPI a importância da "governance". Atirou-se o tema para cima da mesa e foi menorizado e desvalorizado pelos políticos.

Sobre a indemnização a Alexandra Reis, João Moreira Rato defende que "devia ser definido *ex-ante* e seguir um caminho pré-estabelecido", acrescentando que "há um problema gravíssimo de falta de transparência do Estado".

"Se numa empresa pública com o escrutínio que havia na TAP depois de lá termos enfiado 3,2 mil milhões de euros aconteceu o que aconteceu, **o que podemos imaginar sobre as outras empresas públicas**", comenta apenas Luís Aguiar-Conraria, economista e professor da Universidade do Minho.

O presidente do IPCG revelou que está a preparar um grupo de trabalho para definir linhas de orientação sobre *governance* nas empresas públicas, que deverá começar a reunir depois do verão.

Falta de independência dos deputados

"Vale sempre a pena porque estamos todos a discutir isto", afirma António Costa Pinto, professor jubilado e investigador de ciência política da Universidade de Lisboa, sobre a comissão de inquérito. Ainda que considere que a CPI "pode não ter sido boa para a imagem da democracia", apontando "os exageros em direto". "Foi um ministro que disse que era um *reality show* [Pedro Adão e Silva, ministro da Cultura]. Sim, foi um *reality show*".

A nu ficou também a forma como as lógicas políticas acabam por se sobrepor. "Todas as comissões parlamentares de inquérito são limitadas pela maioria vigente. A maioria tenta impedir que a oposição marque pontos", começa por referir António Costa Pinto. **"Os deputados não são independentes. São dependentes de um diretório oculto que é o partido que os acolheu"**, aponta.

| Os deputados não são independentes. São dependentes de um diretório oculto que é o partido que os acolheu.

Um ponto sublinhado também pelo presidente do ISEG. **"A CPI serviu para nós avaliarmos a qualidade do sistema político nacional.** A forma como elegemos os parlamentares propicia este tipo de espetáculo. Há uma pessoa que não estando lá manda no Parlamento, que é o primeiro-ministro. Luís Montenegro não está no Parlamento e também manda nos deputados", atira João Duque.

"Os deputados prestam contas a quem os coloca na lista em lugar elegível. Desta vez isso ficou ainda mais evidente. Os parlamentares não são independentes. No Reino Unido, os deputados do Partido Conservador removeram o líder do partido, Boris Johnson. Cá era inimaginável que uma maioria parlamentar fizesse o mesmo", acrescenta. "Temos uma democracia refém de parlamentares que prestam vassalagem ao líder do partido", conclui, defendendo os círculos uninominais.

| Temos uma democracia refém de parlamentares que prestam vassalagem ao líder do partido.

"Temos uma democracia com uma partidocracia e a partidocracia sobrepõem-se à democracia. Uma CPI é uma coisa dependente de um diretório de um partido", diz também António Costa Pinto. O problema está numa palavra que diz não ter correspondência direta em português: "*accountability*", que é mais do que responsabilidade ou escrutínio. "Há falta de *accountability* na cultura democrática portuguesa", observa.

O politólogo considera infeliz o relatório preliminar, da responsabilidade da deputada socialista Ana Paula Bernardo, que motivou críticas de toda a oposição pela forma como iliba o Governo. **"O relatório preliminar, demasiado parcial e pró-governamental, não é bom para o PS"**, aponta, acrescentando que foi mal recebido até por alguns deputados do PS. "É um processo de aprendizagem. Da próxima vez já não cometem este erro".

| Se a conclusão final é de que está tudo bem é porque não há problemas. Não se vai mudar nada.

"A CPI mostrou uma cultura seguidista, de rebanho, atrás do líder. Às vezes a pior forma de servir o líder é seguir o líder", considera António Costa Pinto, que não tem dúvidas de que a comissão, ainda assim, fragilizou o Governo: "Foi obrigado a demitir um ministro e ficou com outro preso por cordéis".

João Duque tem dúvidas que alguma coisa venha a mudar, a avaliar pelo relatório preliminar. "Se a conclusão final é de que está tudo bem é porque não há problemas. Não se vai mudar nada", remata o presidente do ISEG.